

PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO PARA A EDUCAÇÃO: SUPERANDO UM DESAFIO

JANDER ÂNGELO DIOGO FERREIRA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF)

NAIANY GABRIELLE PEREIRA LIMA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (UFV)

JULIANA SARAIVA MOREIRA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (UFV)

CARLA BEATRIZ MARQUES ROCHA E MUCCI

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (UFV)

ODEMIR VIEIRA BAETA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (UFV)

PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO PARA A EDUCAÇÃO: SUPERANDO UM DESAFIO

1. INTRODUÇÃO

O caso *Planejamento Orçamentário para a Educação: Superando um Desafio* foi preparado a partir de uma situação fictícia vivenciada pelo município de Cachoeiro de Santa Cruz, com o objetivo de auxiliar na construção de um planejamento orçamentário governamental que pudesse atender as expectativas na área de educação. Especificamente, a proposta será um método de ensino para a construção do referido planejamento, com o intuito de mitigar os problemas relacionados a falta de vagas, à contratação e manutenção de pessoal capacitado e ao investimento em um ensino de qualidade.

A partir da história que será retratada, é possível identificar os desafios a serem superados pela administração municipal, para solucionar os problemas quanto a gestão orçamentária dos recursos destinados à educação. O exemplo de Cachoeiro de Santa Cruz é um dos muitos casos no qual há um dilema sobre a correta utilização das receitas vinculadas para a área, o que requer dos alunos competências específicas que poderão auxiliá-los na análise do caso e a melhor decisão a ser tomada, para que as metas e diretrizes traçadas para a rede de possam ser alcançadas, bem como atender as necessidades dos alunos e suas famílias.

Para isto, serão disponibilizadas informações que ajudarão na elaboração do planejamento, como fonte e destinação de recursos orçamentários do período de 2014 a 2017, indicadores de educação divulgados por instituição especializada, dados publicados pelo IBGE e também apontamentos importantes sobre o PPA, a LDO e a LOA vigentes. O caso auxiliará no entendimento a respeito do planejamento que deverá ser realizado para a elaboração dos instrumentos orçamentários, bem como motivar o desenvolvimento de formas alternativas para os planejamentos públicos usualmente empregados pela administração pública, valendo-se das sugestões de literatura na área de Gestão Orçamentária e Finanças Públicas.

1.1. O Caso

1.1.1. Histórico

Cachoeiro de Santa Cruz é um município brasileiro localizado no estado de Minas Gerais, fundado em 1º de abril de 1871 e que possui população estimada de, aproximadamente, 67.863 habitantes - entre fixos e flutuantes, de acordo com os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o ano de 2016. Sua área territorial é de 259,418 km², com densidade demográfica de 261,59 habitantes por km² e possui um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,855. A economia do município baseia-se, essencialmente, no ensino, agricultura, pecuária e prestação de serviços especializados - basicamente comércio e construção civil.

Além da população nativa, a cidade recebe continuamente jovens e profissionais de várias partes do mundo, de elevada capacidade intelectual, devido ao fato de haver no local um dos melhores centros de ensino do país, a Universidade de Cachoeiro de Santa Cruz (UCSC), concebida em 22 de maio de 1922. Desde o ano de 1990, o rótulo de “Cidade Educadora” passou a compor o rol de qualidades do município. Em 1999 foi fundada a Faculdade de Ensino Superior Cachoeirense (FESC) e em 2000 a Universidade de Ciências Médicas de Cachoeiro de Santa Cruz (UCMCS), o que reforçou ainda mais esse título.

A cidade é sempre destaque nacional em matéria de educação, principalmente no que diz respeito às instituições superiores de ensino e também ao Colégio Federal de Ensino (Cofen), que está ligado à UCSC. No entanto, alguns críticos apontam que o município deixa a desejar em relação ao ensino público fundamental, pois não aproveita o seu grande potencial cultural e educador. Tal premissa se sustenta no fato de que a infraestrutura disponível, a localização das escolas e os materiais oferecidos são aquém da qualidade apresentada nos colégios particulares.

No que diz respeito à qualidade da educação da rede municipal, o maior desafio encontra-se nos anos finais do ensino fundamental, visto que os dados mais recentes apontam que o Município alcançou nas avaliações do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 2013 e 2015 os respectivos índices de 3,9 e 4,0 - ambos aquém das metas previstas conforme a Tabela 1 (Apêndice A). Ao contrário, os anos iniciais do ensino fundamental superaram as metas esperadas nas edições de 2013 e 2015.

De acordo com levantamento do IBGE, apresentado na Tabela 2 (Apêndice A), em 2015 a rede de ensino municipal era composta por 13 estabelecimentos de ensino pré-escolar, nas quais estavam matriculados 718 alunos e trabalhavam 56 docentes. Já o ensino fundamental foi ofertado para 3.243 alunos em 16 escolas, onde trabalhavam 214 docentes.

Em 2016, o prefeito Joaquim José se reuniu pela primeira vez com o Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia de Cachoeiro de Santa Cruz o senhor Carlos Drummond de Andrade, para a discussão de algumas medidas que se faziam necessárias para mudar os rumos da educação básica. Além deles, participaram também da reunião a dona Isabel de Alcântara, Secretária Municipal de Educação, dentre outras autoridades da área, como a Chefe do Departamento de Educação Básica, o Advogado da Procuradoria Especializada em Saúde e Educação da Prefeitura e alguns membros do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais, para discutir sobre alterações no Plano de Cargos e Salários dos Trabalhadores da Educação.

As determinações deste grupo são imprescindíveis para cumprimento das novas exigências da Educação Infantil: obrigatoriedade do atendimento escolar a partir dos 4 anos de idade e ampliação do período integral, que demandam a criação do cargo de Coordenador da Educação Infantil. A discussão a respeito do plano de cargos, o salário da educação e o impacto financeiro no planejamento orçamentário do município precisa avançar o quanto antes para não comprometer o início do próximo ano letivo.

1.1.2. Do início a ascensão política

Joaquim José nasceu em 20 de outubro de 1981, na própria cidade de Cachoeira de Santa Cruz. Filho de José Bonifácio, figura ilustre do cenário político cachoeirense, entrou para a vida política aos 18 anos de idade, quando conseguiu ser eleito como o mais novo vereador da história. Assim como o seu falecido pai, Joaquim é considerado carismático, humilde e comunicativo, características que acabaram conquistando o eleitorado.

Durante três mandatos consecutivos (2001 – 2004; 2005 – 2008; e 2009 – 2012) Joaquim foi um dos vereadores mais atuantes da cidade, destacando-se pelas críticas incisivas quando apareciam falhas no planejamento municipal e sempre cobrando uma reforma administrativa urgente, que fosse pautada na eficiência, eficácia e efetividade dos serviços e produtos ofertados aos cidadãos cachoeirenses.

Ao final da sua terceira e última passagem na câmara municipal, Joaquim foi convidado para ser o Vice-Prefeito do até então candidato à prefeitura da cidade, o médico e professor Anísio Teixeira, que estava concorrendo pela primeira vez ao cargo e via naquele jovem uma figura de peso, que estava disposta a trabalhar em prol das mudanças que se faziam necessárias para aquele momento, principalmente na área de educação.

Ambos foram eleitos e passaram a governar em 2013, com a principal proposta de melhorar a qualidade do ensino fundamental, pois a cidade precisava fazer jus ao seu título de “Educadora”, já que os números dos ensinos superior e médio estavam sustentando esse rótulo. Cabia a eles a função de organizar a gestão escolar no município, para delinear estratégias que pudessem assimilar as especificidades tanto da área administrativa quanto da parte pedagógica, pois o foco principal era implementar mudanças que pudessem melhorar as condições de aprendizagem dos alunos, principalmente nos últimos anos do ensino fundamental.

Os dois primeiros anos de mandato foram marcados por questões pontuais que envolviam diretamente a educação e seus desdobramentos, o que exigiu empenho da dupla. Todavia, no dia 30 de setembro de 2014 a cidade de Cachoeiro de Santa Cruz recebeu com pesar a nota de falecimento do prefeito Anísio Teixeira, vítima de uma parada cardíaca. Restou a Joaquim José superar a perda e assumir a função de Chefe do Executivo, para levar a diante o projeto que visava a melhoria na educação do município.

Após assumir o cargo e dar continuidade ao mandato, Joaquim concorreu mais uma vez às eleições, só que agora na condição de prefeito, ao lado de seu vice Abelardo Barbosa. Foram várias propostas de campanha nas diversas pastas municipais, mas principalmente promessas de que os alunos teriam um ensino de qualidade e condições adequadas para o aprendizado. Como da vez anterior, Joaquim conseguiu se eleger, para o período de 2017 a 2020, com um número considerável de votos em relação à sua concorrente, Quitéria Chagas.

1.1. 3. A problemática da educação no município

No dia 1º de fevereiro de 2017, Joaquim José e Isabel de Alcântara, Prefeito e Secretária Municipal de Educação da cidade de Cachoeiro de Santa Cruz, tomaram uma importante decisão: fechar três turmas da Escola Municipal Dom Pedro I, localizada na comunidade rural do Santuário, com a consequente transferência de seus alunos para a Escola Municipal Tiradentes, situada na região central da cidade. O anúncio foi o estopim para o início de uma onda de protestos organizados por alunos, pais e professores, que chegou a ecoar na Câmara Municipal.

Maria Flor, mãe de duas das crianças transferidas, se mostrou indignada com a situação: “O então candidato, o Senhor Joaquim José, no dia 25 de setembro de 2016, durante um debate, garantiu à comunidade que não fecharia nenhuma turma da escola, inclusive propôs a criação do ensino em tempo integral. Eu passei pela mesma situação que meus filhos estão passando agora. Sei como isso é doloroso para uma criança. Foi uma decisão unilateral da prefeitura.”

Além disso, os pais dos alunos questionaram a dependência do transporte escolar gratuito e também reivindicaram o direito das crianças maiores de quatro anos poderem estudar perto de suas casas, que é garantido segundo a Lei nº 11.700/2008, já que a E.M. Tiradentes fica a pouco mais de 6km da comunidade do Santuário. O vereador Bartolomeu Dias também se pronunciou a respeito, dizendo que o próprio prefeito, em campanha, prometeu aos moradores que nenhum aluno seria impedido de estudar naquela escola e que não haveria o risco de transferência e muito menos de seu fechamento.

Ao ser indagado sobre a situação da E. M. Dom Pedro I, Joaquim José respondeu: “Essa medida visa a redução de custos, pois há poucos alunos em cada série, e também a possibilidade das crianças do Santuário usufruírem de uma estrutura melhor”. Na ocasião, o prefeito estava assinando um contrato para a construção da primeira escola em tempo integral, com recursos garantidos pelo MEC ainda em 2016, que também cobrirão a construção de mais uma creche pró-infância para o atendimento de crianças de zero a três anos. Joaquim comentou ainda que tem como metas construir mais quatro escolas até o fim de seu mandato,

com o objetivo de aumentar a oferta de vagas e melhorar a qualidade do ensino nas escolas municipais da cidade, e contratar profissionais capacitados e/ou reciclar os que já atuam na área.

1.1.4. Discutindo sobre as diretrizes e metas educacionais

Com o objetivo de otimizar os serviços e trabalhos prestados pela rede municipal de educação aos mais de 5 mil alunos e suas famílias, a superintendência de Gestão Pública e Governança da Prefeitura de Cachoeiro de Santa Cruz realizou uma reunião com todos os membros da equipe técnica e administrativa da Secretaria de Educação, bem como os diretores das escolas da rede. Foram tratadas algumas questões sobre as metas e diretrizes constantes no Plano Municipal de Educação, como planejamento estratégico das escolas, prestação de contas, plano de atendimento prévio e calendário escolar, atribuições à função de Diretor e Coordenador Escolar, controle de ponto e cumprimento de carga horária, medidas de contenção de despesas, nova estrutura administrativa da secretaria de Educação, ensino municipal de referência, definição de prioridades nas escolas da rede municipal de ensino e investimentos na infraestrutura da rede.

No que diz respeito ao planejamento estratégico, o superintendente Washington Luis discutiu sobre a implantação do programa “Gestão para o Desenvolvimento”, a realização das metas trimestrais, o planejamento de cada Secretaria Municipal e conseqüentemente das escolas da rede municipal de ensino, a organização da direção das escolas e a equipe gestora da Secretaria de Educação para definição das metas e a avaliação dos índices e indicadores destas metas em cada setor com avaliação permanente das atividades.

Além disto, foram discutidas a questão de cumprimento de prazos e organização de documentos visando a prestação de contas do caixa escolar e de convênios que necessitem de prestação de contas; a execução do calendário escolar e a organização anual plano de atendimento prévio visando o planejamento de toda estrutura de atividades pedagógicas, convocações de profissionais, reestruturação de turmas e necessidade de licitações para aquisições de materiais escolares, insumos e merenda escolar.

Em relação às atribuições do Diretor e Coordenador Escolar, foi ressaltada a importância do comprometimento dos profissionais que exercem estas funções e todas as atribuições afeitas ao cargo, o respeito e cumprimento às decisões administrativas e o permanente diálogo com os profissionais das escolas, pais de alunos, alunos e a equipe gestora da Secretaria de Educação. Também foram tratadas as questões do cumprimento de carga horária, responsabilidade da direção de cada escola da rede municipal no controle de ponto, resolução de conflitos e as penalidades em relação à negligência, omissão ou conivência da direção em relação à gestão de pessoas em suas respectivas escolas.

Washington Luis debateu com os diretores e a equipe gestora da secretaria da Educação as medidas de contenção de despesas na administração direta e indireta e o funcionamento do Grupo de Contenção de Despesas (GCD) e dos Grupos Próprios (GP) em cada Secretaria Municipal, enfatizando que as Diretoras da rede municipal devem fazer parte do GP da Secretaria de Educação para definir as ações de contenção de despesas e outras medidas que visem a qualidade e eficiência do gasto público. Além disto, o superintendente reforçou a sua preocupação quanto aos recursos obrigatoriamente destinados na Constituição Federal de 1988, Art. 212, ao ensino básico e fundamental, os quais deverão ser melhor alocados para o atendimento das necessidades dos alunos e das escolas.

Neste sentido, a secretária de Educação, Isabel de Alcântara, afirmou que a meta de sua pasta é a construção de um ensino municipal de referência e também o desejo de ser referência em gestão pública municipal, envolvendo todas as áreas da gestão pública municipal, fazendo um convite a todos os gestores da rede municipal de educação a construir

este processo de sermos referência na educação municipal. Por fim, discutiu-se a necessidade de definir prioridades em detrimento de emergências, definindo e elaborando as prioridades nas escolas municipais em todos os aspectos: pedagógicos, administrativos e de infraestrutura, com um cronograma factível de prioridades com um planejamento prévio.

1.1.5. Começando a trabalhar

A partir da constatação de que o ensino fundamental no município de Cachoeiro de Santa Cruz precisava passar por melhorias, Joaquim José se viu diante do desafio de elaborar o planejamento orçamentário governamental na área da educação para os próximos anos. Para tanto, resolveu tomar algumas medidas pontuais, que foram expostas durante a reunião com os chefes e representantes da área. “Precisamos aumentar o número de vagas para os nossos alunos, construindo novas escolas e ampliando as já existentes. É necessário também cortar alguns gastos, principalmente com atividades em colégios que possuem atualmente pouca demanda”.

Durante a sua última campanha, Joaquim prometeu aos eleitores que não fecharia nenhuma das escolas da cidade, pois corriam boatos entre os cidadãos cachoeirenses de que algumas turmas seriam encerradas, por existirem poucos alunos em alguns locais. No entanto, a promessa não foi mantida. Em fevereiro de 2017, foram transferidas as turmas de 1º ano, com 6 alunos; de 2º ano, com 8 alunos; e de 4º ano, com 7 alunos, da E. M. Dom Pedro I, localizada na comunidade Santuário, para a E. M. Tiradentes, bem distante de suas casas.

A decisão pegou de surpresa os professores e os pais dos alunos, uma vez que havia sido acordada a possibilidade de novas matrículas para que fosse evitado o fechamento das três turmas. Em Sessão Ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 22 de fevereiro de 2017, moradores da comunidade levaram cartazes e um abaixo-assinado pedindo a manutenção das turmas. Na ocasião, o vereador Bartolomeu Dias apresentou uma Moção, endossada por outros colegas, em repúdio à atitude tomada pelo executivo municipal.

“A atitude da Secretaria de Educação e do Executivo Municipal foi tomada sem diálogo e levando em conta fatores exclusivamente econômicos. Devemos buscar a participação popular nas decisões que envolvam a educação na cidade e cobrar a prestação de contas dos valores recebidos para a manutenção da área, como o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)”, disse Bartolomeu.

O representante dos pais de alunos da rede pública no Conselho Municipal de Educação (CME) criticou a falta de vontade política do Executivo para estimular a participação da comunidade, devido as pautas e datas das reuniões do Conselho não serem divulgadas com antecedência suficiente, prejudicando desta forma a discussão das reivindicações com os interessados e, conseqüentemente, os resultados de suas deliberações.

Este episódio, que gerou tamanha comoção popular, foi justificado pela administração municipal como necessário para contenção de despesas. Em resposta àqueles que consideraram a medida uma decisão unilateral, a Secretária de Educação, Isabel de Alcântara, ressaltou que a meta de sua pasta é “a construção de um ensino municipal de referência e também a aspiração de instituir um modelo de gestão pública municipal, pautado na participação da população e de toda a comunidade escolar”.

Desta forma, Prefeito e Secretária Municipal de Educação precisavam encontrar uma forma de consolidar uma gestão escolar mais eficaz, que pudesse atender também às necessidades da população cachoeirense em fase escolar. Juntamente aos mesmos membros da equipe, que estavam naquela reunião realizada ao final de 2016, eles deveriam desenvolver um plano de governo com estratégias que pudessem melhorar o nível educacional, mapear os

locais mais adequados para a construção das novas unidades escolares e incluir os gastos necessários para o investimento e manutenção das propostas.

Isabel preparou um relatório a pedido de Joaquim, contendo um levantamento de todos as receitas e despesas da área de educação desde o ano de 2014, bem como as projeções para 2017 (Apêndice B). Tais valores seriam de grande valia para que os gestores pudessem calcular estimativas mais próximas da realidade, o que auxiliaria na previsão dos recursos e fixação dos dispêndios que farão parte do próximo orçamento anual, respeitando-se os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Aliado a isto, em 2017 o município recebeu do Ministério da Educação (MEC) uma quantia de R\$ 3.494.896,79, destinada a construção de uma escola em tempo integral, e outra de R\$ 1.201.737,61 para uma creche pró-infância, valores vinculados que haviam sido acertados ainda no ano de 2016. Desde então, Joaquim e sua equipe passaram a analisar os possíveis locais para as obras, que deveriam estar situados em áreas que fossem favoráveis aos alunos de baixa renda e que moravam em bairros afastados do centro. Todavia, os desdobramentos desses investimentos precisam ser inseridos nos instrumentos orçamentários dos próximos anos (Apêndice B).

Além do mais, todas as medidas a serem tomadas precisam estar consonantes com as diretrizes e metas traçadas no Plano Municipal de Educação, que entrou em vigor a partir do ano de 2016 e é válido por dez anos. “Questões como erradicação do analfabetismo, universalização do ensino escolar, melhoria na qualidade da educação, promoção do princípio da gestão democrática da educação pública e valorização dos profissionais da educação, devem fazer parte de nossa estratégia”, salientou Isabel.

Frente a tantos dilemas, o prefeito e sua equipe de governo precisam estruturar o planejamento orçamentário governamental, de forma que as ações alcancem os objetivos propostos para a educação. “Este ano nós precisamos desenvolver o plano plurianual, com todas as diretrizes, objetivos e metas, para atendermos as necessidades da população para os próximos quatro anos. Os programas da educação precisam constar nele, principalmente os de duração continuada, já que a nossa situação não será resolvida no curto prazo” - ressaltou Joaquim.

1.1.6. Referências das fontes de dados do caso

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. Congresso Nacional (2000). Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000. LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal, Brasília, 24 p., maio 2000a.

BRASIL. Lei nº 11.700, de 13 de junho de 2008. Acrescenta inciso X ao caput do art. 4o da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir dos 4 (quatro) anos de idade. Brasília, 2008.

APÊNDICE A – DADOS DA EDUCAÇÃO EM CACHOEIRO DE SANTA CRUZ

Tabela 1 – IDEB da Rede Municipal de Ensino

	IDEB Observado		IDEB - Metas Projetadas		
	2013	2015	2013	2015	2017
4ª série/5º ano	5.4	5.6	4.8	5.0	5.3
8ª série/9º ano	3.9	4.0	4.1	4.5	4.8

Tabela 2 – Número de alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino

		2013	2014	2015
Educação Infantil	Creche	372	335	313
	Pré-Escola	797	716	718
Ensino Fundamental	Anos iniciais	2050	1996	1932
	Anos finais	1326	1295	1311
Total		4545	4342	4274

Tabela 3 – Informações Estatísticas do IBGE (2015)

Rede de Ensino Municipal	Número de Escolas	Número de Docentes
Ensino Pré-Escolar	13	59
Ensino Fundamental	16	214
Total	29	273

APÊNDICE B – RECEITAS E DESPESAS

Tabela 1 – Receitas Correntes Vinculadas à Educação (R\$)

Ano	2014	2015	2016	2017
Arrecadação Própria	4.091.518,84	5.066.643,95	5.212.513,82	5.508.053,46
IPTU	1.206.762,19	1.364.707,94	1.599.166,32	1.750.000,00
SS	1.685.297,45	2.083.822,05	2.310.315,34	2.475.000,00
ITBI	1.042.601,49	1.288.371,02	1.086.731,83	1.150.000,00
Rem. de Dep. - FUNDEB	50.067,85	31.527,93	41.183,21	50.000,00
Rem. de Dep. - PDDE	2.220,67	2.900,81	2.282,03	3.000,00
Rem. de Dep. - PNAE	5.936,30	118.400,84	130.702,31	24.824,70
Rem. de Dep. - PNTE	4.160,35	11.248,16	10.838,56	9.000,00
Rem. de Dep. - QESE	24.323,57	23.486,02	15.765,75	25.000,00
Rem. de Dep. - SEEMG	149,61	4.389,99	1.145,80	1.900,00
Rem. de Dep. - FNDE	69.999,37	137.789,20	14.382,66	19.328,76
Transferências do Estado	4.558.078,19	4.827.423,58	5.107.649,34	4.996.883,94
ICMS (FUNDEB)	2.939.767,72	2.933.579,58	3.284.994,54	3.200.000,00
IPVA (FUNDEB)	1.377.712,79	1.603.116,00	1.822.654,80	1.496.883,94
Convênio Transp. Esc.	240.597,68	290.728,00	R\$ 0,00	300.000,00
Transferências da União	23.963.091,69	25.149.399,66	28.812.652,99	30.159.777,72
FPM (FUNDEB)	5.767.708,36	6.045.726,28	6.907.153,64	7.087.499,64
IPI (FUNDEB)	53.684,90	42.600,30	37.167,58	42.000,00
IRRF	452.741,18	539.834,03	709.764,05	718.200,00
ITR (FUNDEB)	2.308,74	3.159,46	2.273,81	4.400,00
Salário Educação	1.133.672,47	1.270.610,97	1.168.992,38	1.384.678,08
FNDE - PDDE	2.190,00	2.190,00	6.180,00	3.000,00
FNDE - PNAE	521.310,00	737.520,00	762.002,00	750.000,00
FNDE - PNATE	99.757,44	112.571,54	119.282,37	120.000,00
Man/Des. do Ens. Funl.	15.929.718,60	16.341.247,80	18.896.255,63	20.000.000,00
Outras Trans. FNDE-PEJA	-	R\$ 53.939,28	203.581,53	50.000,00
Total	32.612.688,71	35.043.467,19	39.132.816,15	40.664.715,12

Tabela 2 – Receitas de Capital Vinculadas à Educação (R\$)

Ano	2014	2015	2016	2017
Transf. Prog. Brasil Carin	852.567,07	29.794,64	-	40.000,00
Transf. Prog. Quadra Poli.	194.102,56	-	214.047,09	-
Transf. Equip. Mob. Esc.	20.000,00	-	-	-
Transf. Prog. Proinfancia	633.474,74	-	-	1.201.737,61
Transf. Reforma Escolar	1.080.000,00	-	-	40.000,00
Transf. Tempo Integral	-	-	-	3.494.896,79
Total	2.780.144,37	29.794,64	214.047,09	4.776.634,40

Tabela 3 – Despesas Correntes Vinculadas à Educação (R\$)

Ano	2014	2015	2016	2017
Despesas por Ação	30.942.458,34	35.718.022,65	39.402.165,77	41.390.224,59
Creches Brasil Carinhoso	-	328.454,94	-	-
Apoio as Creches FNDE	-	41.027,53	-	-
Man. Creche Pro-infância	-	-	670.751,35	20.355,90
Man. da Merenda Escolar	675.431,89	809.783,14	522.914,24	882.690,83
Man. da Merenda Ens. Inf.	270.853,73	372.287,08	502.338,89	796.774,46
Man. das Atividades da SEE	1.535.751,80	1.289.434,73	1.906.888,19	1.880.637,81
Man. das Ativ. Ens. Fund.	194.920,00	662.655,00	1.051.269,85	1.048.703,90
Man. das Ativ. Ens. Infantil	89.837,61	107.352,65	141.840,42	170.779,12
Man. do Ens. Fund. Pessoal	224.278,31	402.340,59	145.524,71	113.214,87
Subsídio do Sec. de Edu.	76.859,12	87.602,03	94.930,57	103.627,69
Transporte Escolar	1.985.080,00	2.226.186,00	2.258.897,23	2.036.948,24
Man. Bens Serv. da SEE	507.310,97	256.301,45	292.948,20	399.591,47
Man. Bens Serv. Ens. Fund.	587.028,53	168.998,36	350.597,73	203.983,30
Man. Bens e Serv. Ens. Inf.	85.371,93	158.301,20	178.164,28	162.277,28
Transf. Recursos FUNDEB	2.290.046,16	2.879.312,59	3.198.027,58	3.291.712,48
Reforma de Uni. Escolares	-	1.104.159,04	-	-
Remuneração de Docentes	17.509.630,48	18.273.182,37	20.820.497,58	23.376.386,69
Rem. de Dem. Serv. Edu.	4.910.057,81	6.550.643,95	7.266.574,95	6.902.540,55

Tabela 4 – Despesas de Capital Vinculadas à Educação (R\$)

Ano	2014	2015	2016	2017
Despesas por Ação	1.287.968,70	980.703,69	609.946,56	1.477.379,34
Ampl. Unid. Esc. Ens. Fund.	326.044,68	-	387.221,52	21.848,83
Constr. Creche Pro-infância	416.941,65	-	220.142,98	1.183.331,92
Const.\Ampl.\Ref. Escolas	498.643,44	980.703,69	2.582,06	270.768,59
Constr, de Quadra Poliesp.	46.338,93	-	-	1.430,00